

# UM LUGAR DE RESISTÊNCIA: PROCESSO DE REMOÇÃO DOS MORADORES DAS BARRAQUINHAS\*

Adriana Lessa Cardoso\*\*

**RESUMO:** Este estudo trata do processo de remoção dos moradores da localidade das Barraquinhas, situada na área portuária, da cidade do Rio Grande/RS. Em 2007, vinte e duas famílias foram removidas da área, porém seis famílias ainda permanecem no local. Estes moradores resistiram/resistem a remoção e articulam-se em busca de orientação e assistência. Os principais agentes envolvidos neste processo são: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Prefeitura Municipal do Rio Grande, Superintendência do Porto do Rio Grande, Empresa Bunge Fertilizantes e a Promotoria Pública. Este artigo mostra o processo de remoção a partir das negociações entre os moradores e os agentes envolvidos. A pesquisa desenvolve-se através da metodologia qualitativa, tendo como principais instrumentos a observação e a realização de questionários e entrevistas. A descrição do processo está pautada pelo conflito social gerado pelo processo de organização do porto e os interesses das famílias envolvidas.

**PALAVRAS CHAVES:** remoção; moradia; lugar; trabalho; pesca artesanal.

## A PLACE OF RESISTANCE: THE REMOVAL PROCESS THE REMOVAL OF PROCESS OF DWELLERS IN BARRAQUINHAS

**ABSTRACT:** This study deals with the removal process of dwellers in Barraquinhas, which is located in the port zone in Rio Grande, RS, Brazil. Twenty two families were removed from that area in 2007, however, six families still live there. These dwellers have opposed to the removal and have looked for guidance and assistance. The main agents involved in this process are: *Movimento Nacional de Luta pela Moradia* (MNLN), a national movement which defends housing, the local City Hall, the Superintendence of the Port, *Bunge Fertilizantes*, a company that produces fertilizers and Public Prosecutors. This paper shows the removal process through the negotiations among the dwellers and the agents. This research was carried out with a qualitative methodology, whose main tools were observation, questionnaires and interviews. The description of the process takes into account the social conflict generated by the port's organization process and by the families' interests.

**KEY WORDS:** removal; housing; place; work; artisanal fishing.

---

\* O artigo é parte da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia-Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG): "Processo de remoção dos moradores/as da Localidade das Barraquinhas – Rio Grande (RS): múltiplos olhares", apresentado em 2010 e orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Susana Maria Veleda da Silva.

\*\*<sup>2</sup> Graduada em Geografia Licenciatura (FURG), estudante de Pós-Graduação em Geografia, nível mestrado na FURG, bolsista CAPES

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o processo de remoção que ocorre com os moradores da localidade das Barraquinhas na cidade do Rio Grande/RS, situada no Superporto às margens do Canal do Rio Grande entre a Br-392, conhecida popularmente como estrada da Barra. As Barraquinhas ocupam a área concedida para a Empresa Bunge.



Figura 1 - Localização do Centro, Barraquinhas e da IV Seção da Barra

Fonte: Imagem de satélite *Google Earth*, adaptada por Adriana Lessa Cardoso  
<Acesso, setembro de 2009>

O Porto da cidade do Rio Grande está dividido em três zonas: o Porto Velho, mais antigo, localizado no centro da cidade; o Porto Novo situado a leste do centro histórico da cidade e o Superporto que se encontra junto ao corredor industrial e nas margens do Canal do Rio Grande. De acordo com a classificação da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, a localidade estudada situa-se na zona portuária do Superporto, entre a área designada para uso de granéis líquidos, fertilizantes, construção e reparo naval.

O interesse na remoção dos moradores das Barraquinhas surge a partir de uma proposta de organização espacial da área portuária devido a crescente importância econômica do Porto do Rio Grande e do Distrito Industrial. A medida provisória - MP 2.217-3, de 04 de setembro de 2001, estabeleceu a necessidade de um zoneamento visando incrementar a segurança à navegação na parte interna do seu canal de acesso<sup>3</sup>.

Paralelo a este processo de reestruturação da zona portuária, o Estado brasileiro, em 2002, desenvolve o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas com

---

<sup>3</sup> Disponível em <[http://www.portoriogrande.com.br/pt/apresentação/p\\_organizado.php](http://www.portoriogrande.com.br/pt/apresentação/p_organizado.php)> Acesso em: 22 de abril de 2009.

objetivo principal de acelerar o crescimento econômico, priorizando a infra-estrutura de portos e rodovias.

O processo de execução do projeto do Porto Organizado e o PAC produzem transformações urbanas, pois estes projetos também demandam uma reestruturação e regularização das moradias que se situam na área de expansão das atividades portuárias da cidade do Rio Grande.

Em 2007, o Núcleo de Análises Urbanas (NAU/FURG) deu início a realização de um levantamento socioeconômico<sup>4</sup> com o objetivo de conhecer a real situação das áreas ocupadas irregularmente. As áreas pesquisadas - Barra Velha, Barra Nova, Bairro Getúlio Vargas, Santa Tereza, Mangueira e Barraquinhas – contavam com 1923 moradias e 4729 moradores.

Especificamente na localidade das Barraquinhas (Ver Foto 1) em 2007 havia vinte e duas moradias e estas famílias foram consideradas pela Superintendência o Porto do Rio Grande passíveis de remoção<sup>5</sup>, pois a área é considerada de risco ambiental e deveria ser ocupada pela empresa Bunge Fertilizantes que esta ampliando suas instalações e pela empresa Quip responsável pela construção do Dique seco. Em 2009 permaneciam no local nove famílias, sendo que seis destas estavam resistindo à remoção.



Foto 1 - Localidade das Barraquinhas  
Fonte: Acervo Adriana Lessa Cardoso, abril de 2009

---

<sup>4</sup> Relatório Socioeconômico da Expansão Portuária NAU/FURG. Org. Prof. César Augusto Ávila Martins e outros, 2009.

<sup>5</sup> Ver notícia: Famílias das Barraquinhas mais próximas de suas novas casas. Jornal Agora. Rio Grande, 29 de setembro de 2007, p. 5.

Para compreender este processo utilizei a metodologia qualitativa e como instrumento de produção de dados, realizei entrevistas com os moradores e com os agentes envolvidos. Particpei como ouvinte nas reuniões dos moradores com o Promotor e das audiências públicas. Os principais agentes que tangenciam o processo de remoção são: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), Empresa Bunge Fertilizantes e Promotoria Pública.

A remoção está ocorrendo em várias etapas e visa transferir os moradores para a IV seção da Barra. Porém os moradores não compartilham a mesma posição quanto à remoção. Um grupo de seis famílias, que depende da pesca artesanal, resiste e se articula politicamente para solicitar seus direitos de cidadãos e passam a questionar a função social da propriedade.

A seguir faço uma descrição do processo de remoção da localidade das Barraquinhas e apresento a localidade a partir das fontes apresentadas.

## **2. AS ETAPAS DA REMOÇÃO**

O projeto de remoção foi planejado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande especificamente pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo e a Secretária Municipal da Cidadania e Ação Social, juntamente com a Superintendência do Porto do Rio Grande. Este projeto previa apenas a remoção de doze famílias para a IV Seção da Barra, (Ver Figura 1) e foi expandido para os demais moradores devido a uma exigência ambiental que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) fez à empresa Bunge Fertilizantes, as remoções ainda não foram concluídas devido a resistências de seis famílias, as demais ocorreram da seguinte maneira: na primeira etapa, em 2007, doze famílias foram transferidas de suas casas para pequenos barracos de madeira com banheiros coletivos na própria localidade (ver imagem 02), dando espaço para a construção do Dique Seco que é um Projeto do Governo Federal que objetiva a criação de um pólo naval atuante na reparação de plataformas de petróleo.



Figura 2 - Casas provisórias na localidade das Barraquinhas  
Fonte: Jornal Agora, 29 de novembro de 2007.

A segunda etapa aconteceu após dois anos, os moradores das casas provisórias, foram transferidos definitivamente para a localidade da IV Secção da Barra, (ver foto 2) conhecida popularmente por Barra Velha. Para esta remoção foi elaborado um projeto social e um projeto de engenharia que as Secretarias Municipais de Cidadania e Ação Social e Secretaria Municipal de Habitação e urbanismo elaboraram em parceria com a Caixa Econômica Federal e a SUPRG.



Foto 2: Casas do Projeto Barraquinhas – IV Secção da Barra  
Fonte: Acervo Adriana Lessa Cardoso

O projeto social tinha como objetivo auxiliar os moradores na regularização dos documentos e desenvolver a integração no novo bairro. O projeto de engenharia previa a preparação do terreno e a construção das casas. Ficou a cargo da prefeitura municipal a

mediação com os moradores. A SUPRG ficou responsável pela regularização do terreno e a Caixa Econômica Federal por financiar as doze moradias.

Esta etapa da remoção foi realizada com um acordo entre 12 famílias e os agentes envolvidos. Neste acordo incluiu-se a construção de um trapiche de alvenaria em formato de U com galpões de madeira para que os moradores deixassem os botes e apetrechos de pesca. Esta obra justifica-se pela distância das casas dos pescadores até a margem direita do Canal do Rio Grande. Segundo a SUPRG, o trapiche está em processo de Licenciamento Ambiental, mas existe outro de madeira em caráter provisório (Ver Foto 3) que será substituído pelo que foi acordado com os moradores assim que houver a liberação da Licença Ambiental.



Foto 3: Trapiche provisório – Projeto Barraquinhas – IV Secção da Barra  
Fonte: Acervo Adriana Lessa Cardoso

Após vários acordos os doze moradores estão nas novas moradias regularizadas desde 2009 e mostram-se satisfeitos com a mudança. Ainda há outro grupo de pessoas que continuam morando na localidade das Barraquinhas. Em abril de 2009, a representante da MNLM informou ao Núcleo de Análise Urbanas – NAU/FURG, coordenado pelo Prof. César Augusto Ávila Martins - ICHI/FURG, que havia nove famílias morando na localidade e que essas estavam apreensivas com a remoção que poderia vir a acontecer. Partindo dessa informação o NAU realizou um levantamento socioeconômico com o objetivo de auxiliar os moradores na caracterização e

sistematização das informações sobre a localidade. Com o objetivo de dar visibilidade a questão, em novembro de 2009, o relatório foi apresentado na audiência pública realizada em Brasília, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM.

Em agosto de 2009, durante a realização do levantamento, três famílias optaram pela remoção e foram transferidas para a IV secção da Barra, juntando-se aos primeiros doze moradores que haviam saído da localidade. Essas famílias por não trabalharem mais com a atividade da pesca artesanal, consideraram mais importante para sua condição de existência as casas próprias de alvenaria e os serviços urbanos oferecidos na nova localidade.

As seis famílias que continuam morando e trabalhando na localidade das Barraquinhas, especificamente, no terreno concedido para a empresa Bunge Fertilizantes passam a ser sujeitos dessa pesquisa, principalmente, por articularem-se com lideranças para conhecer e reivindicar seus direitos.

Estes moradores não querem ser removidos para a IV secção da Barra, já que dependem do Canal do Rio Grande para exercer a atividade da pesca artesanal, que é realizada por homens e mulheres e possuem especificidades no modo como trabalham, uma delas é o fato de morar e trabalhar no mesmo local, as margem do Canal. Um dos motivos para viverem tão próximo à água encontra-se na possibilidade de ocorrer algum imprevisto que cause dano aos botes, assim estarão próximos para tentar evitar os prejuízos econômicos que podem eventualmente ocorrer, pois são embarcações pequenas e necessitam de mais cuidado. Essa prática é cultural e os moradores não desejam mudar o modo de morar e trabalhar que mantém há mais de quarenta anos, assim reafirmam o sentimento de pertencimento que possuem em relação ao lugar Barraquinhas. De acordo com Yu Fu Tuan o lugar representa as “(...)relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1985, p. 143).

Para o autor o lugar não é mais a simples localização geográfica, e, sim, uma experiência de vida humana é o envolvimento que os indivíduos constroem ao longo de suas vidas a partir de sua experimentação com o ambiente e com o outro, nesta localidade é visível o envolvimento, a afetividade com o ambiente devido ao trabalho que ajusta-se com as leis da natureza.

### **3. AS CONDIÇÕES DE MORADIA NA LOCALIDADE DAS BARRAQUINHAS**

Nas Barraquinhas ainda existem seis casas habitadas, somando um total de vinte e três pessoas, sendo treze homens e dez mulheres. O número de cômodos por casa é de dois a cinco, e quanto ao tempo de residência nessa localidade, os moradores declaram que é de no mínimo 16 anos e no máximo 44 anos. Com relação ao período de moradia em uma única casa, afirmam que residem no mínimo há 10 anos<sup>6</sup>.

A renda familiar dessas famílias provém da pesca artesanal e de um morador aposentado. Os valores obtidos pelas famílias variam entre menos de um salário mínimo e de um até três salários mínimos. Esses valores representam uma média, pois oscila, dependendo das condições de trabalho - safra, defeso, tipo de espécie capturada. Os pescadores trabalham por safra e recebem conforme produzem por isso, o salário é imprevisível porque depende da dinâmica da natureza.

Quanto aos serviços urbanos na localidade não há iluminação pública, tampouco as casas possuem instalações ligadas na rede elétrica. Algumas possuem energia gerada por baterias ou de fonte solar. A água é fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, mas a captação é irregular e dá-se pela torneira de uma empresa desativada que se situa próximo a BR-392. O modo que ocorre a captação é precário, pois é por meio de uma mangueira preta com emendas que a água chega ao local de consumo. O lixo é queimado, ainda que os moradores reconheçam que não é o ideal, e justificam a prática por não ocorrer coleta de lixo.

Mesmo com os problemas de infraestrutura urbana as famílias almejam continuar morando na localidade e consideram suas casas boas, dignas e com qualidade, pois foram empregados muitos anos de trabalho para conseguir o que elas possuem. Os moradores afirmam que é pouco para quem vê, mas para eles é muito. De acordo com os princípios do Ministério das Cidades, definidos na 1ª Conferência das Cidades, moradia digna entende-se por aquela que atende às necessidades básicas de qualidade de vida, de acordo com a realidade local, contando com urbanização completa, serviços e equipamentos urbanos, diminuindo o ônus com saúde e violência e resgatando a auto-

---

<sup>6</sup> Conforme: Relatório Socioeconômico da Localidade das Barraquinhas NAU/FURG, Org: Prof. César Augusto Ávila Martins e outros, 2009.

estima do cidadão<sup>7</sup>. Entendemos que a cidade e a moradia é um direito fundamental do ser humano e cabe ao poder público proporcionar o acesso à moradia digna, para as famílias de baixa renda ou sem renda.

Outro fator importante apontado por eles está no fato de nesse lugar existir uma pequena enseada que deixa seus botes protegidos dos ventos fortes. Além disso, bem próximo de onde vivem há uma zona de pescaria, onde várias pessoas que se ocupam dessa atividade na região exercem a sua ocupação. Dessa forma, para eles, a mudança ocasionaria um acréscimo no orçamento familiar já que necessitariam de mais combustível para chegar ao lugar de pescaria de costume.

A condição de trabalho é o principal argumento defendido pelos moradores para a manutenção no local de moradia. Segundo o morador mais antigo das Barraquinhas ocupar “era só fazer a casa e morar, já que eles trabalhavam ali mesmo”. Sabiam que mais cedo ou mais tarde teriam que sair, mas com o passar dos anos a preocupação de “ter que sair” foi esquecida, “deixada de lado porque precisavam morar e trabalhar”. De acordo com Arlete Moysés Rodrigues,

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço (RODRIGUES, 1990, p. 41).

A ocupação devido à necessidade de morar se confirma na localidade em estudo, e a escolha da localidade se deu devido à precisão de estar próximo ao local de trabalho. Após tantos anos morando e trabalhando nesta localidade, os moradores criaram vínculos de pertencimento e afetividade e passam a entender aquele espaço como um lugar: o lugar das Barraquinhas, onde acontece a vida cotidiana que, conforme o pensamento de Tuan (1985) o lugar se caracteriza principalmente, pela valorização das relações pessoais e coletivas de afetividade e pertencimento desenvolvidas em dimensões materiais e simbólicas.

Os moradores das Barraquinhas buscam a permanência no lugar devido a uma lógica que lhes é própria, pois estão certos que o lugar oferece as condições que eles desejam para viver bem. Além disso, nesse local eles têm vínculos familiares e de trabalho bem definidos. Em função disso, não estão dispostos a mudar o vínculo com o lugar das Barraquinhas.

---

<sup>7</sup> Disponível em < <http://www.cidades.gov.br>> acesso em: 25 de abril de 2009.

Os moradores referem-se as suas casas e ao lugar com apego e, em alguns momentos, supervalorizam as casas e a renda com a intenção de permanecer no local. A partir dessas observações, constatamos que o que mais emergiu das entrevistas foi à decepção de ser removido, de ter que sair sobre pressão, de serem obrigados a sair de um lugar em que moram e trabalham há mais de quarenta anos.

Para os moradores a dificuldade da remoção se agrava pela falta de diálogo entre a PMRG e os demais agentes envolvidos. Eles relatam que a prefeitura chegou com um projeto pronto determinando como seria e para onde eles deveriam ser transferidos. Fato que os mobilizou, organizaram-se em busca de auxílio junto ao MNLM e à Promotoria Pública Estadual. Com essa ajuda, buscam minimizar os efeitos negativos que ocorrem tradicionalmente nos processos de remoção.

As Barraquinhas é considerado o lugar, especialmente por sua importância laboral e pela necessidade dos pescadores artesanais de morar e trabalhar em um mesmo local. Considerando que para algumas pessoas o deslocamento é algo normal e faz parte da vida, para os pescadores das Barraquinhas este fato seria um entrave no seu dia-a-dia.

Assim compreendemos que no processo de desenvolvimento econômico ocorrem conflitos e as famílias que moram em situação irregular e/ou precária passam a ser um “problema”. Destacamos a importância da atuação ativa do MNLM possibilitando que um pequeno grupo de trabalhadores/as se articule politicamente para solicitar seus direitos de cidadãos e questionar a função social da propriedade.

#### **4. ALGUMAS REFLEXÕES**

Neste estudo procurei relatar, um pouco, das marcas e marcos de uma localidade situada nas linhas do desenvolvimento econômico. Assim, este trabalho apresentou alguns momentos que foram experimentados junto aos sujeitos da pesquisa, bem como o ponto de vista dos agentes que ainda tangenciam o processo de remoção.

Tal processo, no que diz respeito à gestão urbana proposta pela SUPRG e a PMRG, pretendeu prosseguir inflexivelmente conforme seu planejamento. Como sabemos, este previa a liberação total da área e, portanto, a realocação completa para a IV secção da Barra. Assim os moradores remanescentes seriam encaminhados junto com os outros já realocados no início da remoção. Mesmo com discordâncias e o engajamento dos moradores no MNLM, estes agentes tomaram todas as providências para a continuidade da remoção.

Os moradores e o MNLM consideram que o planejamento foi realizado de forma hierárquica e arbitrária, portanto sem ponderar as suas necessidades que estão relacionadas com o local. Deste modo não aceitam a remoção para esta localidade que não corresponde ao seu modo de vida, e neste contexto de resistências os agentes não entram em um acordo para a solução, apesar de algumas tentativas.

Os agentes envolvidos neste processo defendem interesses muito particulares devido às circunstâncias institucionais e as necessidades de gestão. Assim, não consideram o apelo dos moradores, e acreditam que estão fazendo o melhor, desconsiderando os costumes e as tradições destas famílias.

Note-se que no processo de desenvolvimento econômico ocorrem conflitos e as famílias de baixa renda que moram em situação irregular e/ou precária representam uma questão que precisa ser resolvida. O desemprego e a renda insuficiente dificultam o acesso à moradia adequada com condições mínimas de viver. Segundo Rodrigues (2007) é possível, para um olhar atento, ver as desigualdades socioespaciais na expressão dos extremos à riqueza e a pobreza de áreas e da população que as ocupa.

O caso estudado é um bom exemplo disto, observa-se a área portuária do Rio Grande cada vez mais técnica, movimentando a economia local/global e as Barraquinhas, uma economia tradicional local de pesca artesanal e de trabalho familiar. Economias e localidades que se relacionam através de conflitos e de disputas na dimensão territorial do lugar.

O problema de moradia de baixa renda em Rio Grande é histórico e ainda nos dias atuais os gestores continuam a seguir velhos moldes de remoção, pois o porto ao longo de sua existência vem ampliando-se para atender demandas econômicas e assim necessita de áreas para instalar-se.

Quanto aos aspectos de cidadania, o processo de remoção pensado para a localidade das Barraquinhas pode ser considerado arbitrário, pois não considera a participação dos moradores, uma intervenção operacional que se distancia de uma política de garantia dos direitos à moradia e à cidade para todos. Os agentes envolvidos quando estão reunidos para chegar a um consenso, parecem não saber do que estão tratando, frequentemente são impacientes e não permitem que os principais atingidos pelas decisões se expressem para esclarecer suas necessidades. O MNLM mostra-se como a exceção e a resistência, e podemos inferir a importância do movimento que conta com a formação de seus membros para auxiliar estes momentos de conflito e dar voz aos atingidos pela remoção e outros problemas de moradia.

O MNLM cria uma resistência às decisões autoritárias e desenvolve um trabalho de empoderamento social. Podemos observar que na localidade há participantes do movimento, normalmente as mulheres participam dos encontros promovidos pelo MNLM para debater sobre as questões da moradia e entre outras, este fato contribui para sua politização cidadã.

A partir deste estudo conclui que há um imbricamento no morar e no trabalhar, e a localidade Barraquinhas pode ser considerada como um lugar, pois os moradores criaram vínculos de pertencimento, principalmente pela profissão de pescadores artesanais que necessitam estar próximo dos meios de trabalho cuidando constantemente do bote e da possibilidade da pescaria. Este modo de trabalhar como se o bote e o Canal do Rio Grande fosse uma extensão de sua vida propicia vínculos culturais e afetivos com o local que passa a ser considerado o lugar Barraquinhas.

Outro ponto importante a ser ressaltado são as relações de gênero. Ao observarmos o cotidiano dos moradores percebemos que estas relações fazem parte das construções das identidades de gênero de todas as pessoas o que não difere na localidade estudada, os moradores percebem as desigualdades sociais que advêm da exclusão ao acesso a moradia, pois estão vivendo intensamente este processo de resistência, porém passa despercebidas as disparidades que advêm das relações de gênero, principalmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e podemos citar como exemplo, a dupla jornada, o acesso à posse dos bens que influencia diretamente nos baixos salários.

Acrescento ainda, que existe uma necessidade de intervenção do poder público na localidade, para além da remoção e das relações de gênero, pois seus direitos a cidade e a moradia digna não estão garantidos e preservados. Estes direitos prevêm moradia digna, água tratada, energia elétrica, rede de esgoto, acesso público ao local, serviços e equipamentos urbanos de qualidade, meios de geração de renda, acesso a educação, a cultura, a saúde, ao lazer e ao trabalho. Para isto, as intervenções devem ocorrer com a participação dos moradores/as e dos movimentos sociais que militam pela causa, para assim, proporcionar a qualidade de vida resgatando a auto-estima dos moradores/as.

Neste trabalho o que mais ficou visível é o desejo de resistir, pois um grupo de seis famílias que moram e trabalham precariamente não aceitam passivamente as decisões dos agentes envolvidos e se articulam politicamente em busca de formação, de conhecimento de seus direitos, ainda que seja apenas no âmbito da moradia, considero um avanço na busca por um mundo mais humanizado e equânime.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério das Cidades. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br>> acesso em: 25 de abril de 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. *Movimentos populares urbanos e as lutas contra a segregação socioespacial*. In: *Quintas Urbanas: conversas sobre a cidade e o urbano*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

Relatório Socioeconômico das zonas de expansão portuária NAU/FURG, Org: Prof. César Augusto Ávila Martins e outros, 2009.

Relatório Socioeconômico da localidade das Barraquinhas NAU/FURG, Org: Prof. César Augusto Ávila Martins e outros, 2009.

Relatório Plataforma DhESCA Brasil, Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e a Terra Urbana; Missão de Investigação do Direito À Moradia Rio Grande/RS. Relatora Lucia Maria Moraes. 2008

Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG. Disponível em <[http://www.portoriogrande.com.br/pt/apresentação/p\\_organizado.php](http://www.portoriogrande.com.br/pt/apresentação/p_organizado.php)> acesso em: 22 de abril de 2009.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística*. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas Geográficas*: Difel: São Paulo, 1985.